

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 476 - Brasília, quinta-feira, 5 de junho de 1997



Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (C), e da Câmara, Michel Temer (E), na sessão em que a emenda foi promulgada

Congresso promulga emenda da reeleição

Em entrevista concedida logo após a votação no Senado, Antonio Carlos Magalhães declarou que a aprovação da proposta refletiu o desejo da sociedade

Pode ser proibida venda de bebidas à margem de rodovia

Comissão de Assuntos Sociais aprovou em caráter terminativo projeto de Valmir Campelo que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens das estradas. Segundo o relator, Sebastião Rocha, o objetivo é reduzir a violência no trânsito. **Página 8**

Em sessão solene ontem, às 19h, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional que institui o direito à reeleição para presidente da República, governador e prefeito. A emenda prevê também que as eleições serão realizadas sempre no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo do mesmo mês, em segundo turno.

A sessão durou sete minutos, tempo necessário à lei-

tura do texto. Em seguida, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, solicitou que os parlamentares ficassem de pé, e declarou promulgada a emenda à Constituição.

Em entrevista logo após a aprovação, Antonio Carlos Magalhães declarou que a decisão refletiu a vontade da sociedade: "O Senado representa todos os estados da Federação, e a Casa votou, de forma esmagadora, pela reeleição".

Páginas 4 e 5

CCJ aprova nova política do petróleo

Projeto de lei que institui a política energética nacional e disciplina atividades de produção e distribuição de petróleo foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Página 6**

Projeto sobre publicidade oficial em exame hoje

Proposta do senador Romeu Tuma que regulamenta a divulgação dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos será apreciada pela Comissão de Educação do Senado

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se hoje, às 11h, para apreciar, em caráter terminativo, projeto que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. A proposição é de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Na mesma reunião a comissão examina, em caráter terminativo, projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultu-

ral; e projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que inclui as disciplinas sobre direitos da criança e do adolescente e a violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.

Serão apreciados, ainda, projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua co-

mercialização no país; e o que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite.

A Comissão da Reforma Político-Partidária também se reúne hoje, às 10h30, para continuação da discussão e votação de relatório.

Desativação de fábrica preocupa Sebastião Rocha



Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ontem que apresentou requerimento solicitando a criação de uma subcomissão do Senado "para verificar *in loco* a repercussão social resultante da paralisação da fábrica Jari Celulose", no município de Almerim (PA). A paralisação da Jari Celulose se deveu a incêndio que avariou seriamente a usina geradora de energia elétrica que garante o funcionamento da fábrica, informou o senador. A previsão é de que a fábrica permanecerá desativada por pelo menos seis meses.

São Paulo não honra acordo com Mato Grosso do Sul, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que o fechamento das comportas da barragem da hidrelétrica de Porto Primavera, anunciado pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para 1998, trará prejuízos incalculáveis ao estado de Mato Grosso do Sul e ao Brasil, caso não se encontrem meios de obrigar o governo de São Paulo a cumprir os acordos feitos e as leis de proteção ao meio ambiente.

Tebet explicou que o fechamento das comportas formará um lago artificial de

251 mil hectares, extensão essa 20% maior do que a de Itaipu. Mais de 80% das áreas a serem cobertas, "terras férteis para a agricultura e a pecuária", são de Mato Grosso do Sul, que "não terá direito a um só quilowatt resultante da nova obra".



Ramez Tebet

O senador defende que a Cesp, entre outras medidas, promova a formação da mata ciliar necessária à proteção do meio ambiente, corrija a escada que permitirá aos peixes cumprirem seu ciclo reprodutivo e providencie meios de preservar o minipantanal do rio Bahia.

Levy exalta memória de trabalhador

O senador Levy Dias (PPB-MS) registrou ontem o falecimento, no mês passado, de José Nogueira Vieira, que trabalhou durante 73 anos nas Casas Pernambucanas. O senador prestou homenagem ao funcionário que, na sua opinião, foi "um exemplo de trabalho que deveria servir de modelo para o país".



Levy Dias

Paulista de nascimento e mato-grossense por opção, José Vieira morreu aos 85 anos, dos quais 73 foram dedicados a um único emprego. Em aparte, Júlio Campos (PFL-MT) associou-se à homenagem.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora
- 11h30 - Recebe o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro
- 12h - Recebe a senadora Júlia Marise, acompanhada da secretária-geral da Internacional Socialista de Mulheres, Marlene Haas
- 15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 17h30 - Recebe o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 17/97, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, nas condições que menciona; e "PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

COMISSÕES

10h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: A ser definida. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do relatório da comissão. Itens do relatório que serão abordados: imunidade parlamentar; inelegibilidade; e financiamento de campanhas. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; "PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; "PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; "PLS nº 139/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural; e "PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

CPI DOS PRECATÓRIOS

Suruagy dá sua versão do caso de Alagoas

Apontado como emissor de R\$ 301 milhões em títulos que não foram utilizados para pagar débitos judiciais, o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, disse ontem na CPI dos Precatórios desconhecer totalmente os detalhes dos documentos elaborados pelos que providenciaram a emissão desses títulos, assumindo apenas a responsabilidade política da decisão. "Não reconheço a culpabilidade pelo que foi feito. Um governador não pode ser responsabilizado pela elaboração de documentos", declarou.

Suruagy contou que foi procurado por dois representantes do banco Maxi-Divisa - Marcos Vinícius e Wagner Baptista Ramos (ex-coordenador da Dívida Pública de São Paulo) - num momento em que Alagoas enfrentava grave crise econômica. A solução representada pela emissão de títulos foi-lhe, então, apresentada pelos dois como totalmente legal e eficaz. O governador sustentou que desconhecia detalhes sobre a lista de precatórios preparada para amparar legalmente a autorização de emissão.

Também eximiu o Senado de qualquer responsabilidade na aprovação da matéria, dizendo que os senadores que votaram a favor do projeto agiram sobretudo em solidariedade com sua administração. Na inquirição, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a listagem de precatórios apresentada por Alagoas não correspondia à verdade e que o dinheiro obtido com a venda dos títulos não foi utilizado para quitar um só precatório. Vilson Kleinübing (PFL-SC) lastimou o fato de que, no momento em que pleiteava a aprovação da emissão de títulos no Senado, o governador já sabia que não utilizaria o dinheiro para pagar precatórios.

Requião propõe resgate dos títulos públicos desviados

No relatório parcial, ele considera nulas de direito as emissões cujos recursos foram usados para outros fins que não as dívidas judiciais

Embora sem citar nominalmente os governadores e prefeitos acusados de emitir irregularmente títulos para pagar precatórios, o relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), disse que considera nulas de direito as emissões cujos recursos foram desviados para outras finalidades. Por isso, no relatório parcial apresentado aos senadores, ele propõe o resgate desses papéis. A seguir, trechos em que Requião trata das emissões de títulos dos estados e de municípios paulistas.

SÃO PAULO

Requião afirma que as seis emissões desse estado correspondem a R\$ 5,2 bilhões, mas apenas 18,8% desse total foram utilizados para o pagamento de precatórios. O restante (R\$ 4,2 bilhões) "foi conseguido através de cálculos e estimativas feitas pela Secretaria de Fazenda, que vinha objetivando a emissão da maior quantidade possível de letras", segundo o relator, e encontra-se parado no Fundo de Liquidez do estado.

O senador concluiu que essa cifra de R\$ 4,2 bilhões "pesa sobre o povo de São Paulo, ou mesmo pesará sobre todo o povo do país, se vier a ser federalizada". Daí sua sugestão, como faz com todas as emissões desviadas para outros fins, de que aquele total seja resgatado, independentemente de outras medidas a serem adotadas pelo Tribunal de Contas, pela Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público para punir os responsáveis. Ele também sugere que o Senado cancele a autorização para São Paulo emitir outros 608 milhões de letras, concedida pela Resolução 65/96.

SANTA CATARINA

O relator concluiu que, da



Roberto Requião

emissão total de R\$ 605,1 milhões, a parcela de R\$ 86,8 milhões (14,3%) foi dada em forma de deságio ao comprador dos títulos - o banco Votorantim. A cifra de R\$ 33,2 milhões (5,5%) foi também paga ao Votorantim, a título de taxa de sucesso. Assim, a operação teve um custo de R\$ 120,1 milhões (19,8%) do total da emissão.

Ele mostrou que Santa Catarina não conseguiu compradores definitivos para 59,41% do total de letras emitidas. Esses títulos estão sendo financiados diariamente pelo Fundo de Liquidez do estado, o que significa que o dinheiro arrecadado, ao invés de pagar precatórios, é utilizado diariamente para conceder empréstimos a supostos compradores de títulos. Outra conclusão do relator: "Apesar de tais títulos não representarem qualquer entrada de recursos para o estado, significaram um ganho de quase R\$ 20 milhões para o banco Votorantim".

ALAGOAS

Requião informa que "houve desvio de 100% das verbas das emissões de precatórios" e que "esses desvios aconteceram com a mais absoluta transparência e sob a chancela de

um decreto governamental". Ele disse que a atuação do Senado no exame do pleito do governador Divaldo Suruagy, quando da emissão dos R\$ 301,6 milhões em títulos desse estado, "esteve longe de ser irrepreensível".

Sustentou também que foi "atípica a rapidez com que se elaborou e se aprovou o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, sendo igualmente apressada a apreciação da matéria em plenário". Requião entende que "a tramitação acelerada do pleito alagoano deve ter contribuído para que passassem despercebidas as falhas documentais do pedido". Ele concluiu que "o Senado ignorou integralmente as restrições apontadas pelo Banco Central nesse processo".

PERNAMBUCO

O relatório diz que as emissões de Pernambuco serviram sobretudo para pagar empreiteiras, funcionalismo e fornecedores. Conforme o relator, para saldar precatórios no valor de R\$ 26 milhões, o governo estadual vendeu R\$ 480 milhões em títulos, pagando R\$ 26 milhões em comissões ao banco Votorantim e ao Bandepe (Banco do Estado de Pernambuco) e concedendo deságio de R\$ 100 milhões na venda dos papéis.

Requião concluiu que, no caso desses estados e das prefeituras de São Paulo, Osasco, Guarulhos e Campinas, não havia dívidas judiciais que justificassem o valor das emissões de letras. O relator considera que houve descaso do Banco Central com relação às exigências legais quando esses processos de emissão de letras passaram por aquela instituição.

Vinte senadores se pronunciaram na sessão de ontem do Senado que aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda da reeleição. Os que defenderam a proposição consideraram



o direito do eleitor de votar pela segunda vez em quem fez um bom governo. Os opositores destacaram a possibilidade de abuso da máquina estatal por parte do candidato à reeleição

Emenda é aprovada por 62 votos a 14

Com a presença de 79 dos 81 senadores, o plenário aprovou ontem, em segundo e último turno, a emenda constitucional que institui a reeleição no Brasil para presidente, governadores e prefeitos. A proposta recebeu 62 votos a favor e 14 contra, com duas abstenções. Votaram contra os senadores do Bloco Oposição e os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Roberto Requião (PMDB-PR) e Emília Fernandes (PTB-RS).

Só não estava presente na Casa o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), em viagem ao exterior. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) deixou o plenário antes da votação por discordar da mudança constitucional sem a convocação de um referendo popular sobre o assunto. Vinte senadores manifestaram suas posições no encaminhamento da votação. No geral, as argumentações contrárias tocavam na possibilidade de abuso da máquina estatal por parte de um candidato à reeleição. Os defensores da reeleição ponderavam que os eleitores devem ter a possibilidade de votar pela segunda vez em um chefe de Executivo que faça bom governo.

- Quero deixar claro que não haverá exigência de desincompatibilização de presidente, governadores ou prefeitos para se candidatarem a um segundo mandato. Essa opinião também é sustentada pelos juristas Dalmo Dallari, Antônio Carlos Mendes, Valmir Pontes Filho e Carlos Ari Sundfeld - afirmou o relator da proposta



Setenta e nove senadores estiveram presentes durante a votação em plenário, ontem

de emenda, senador Francelino Pereira (PFL-MG). Para ele, se o Congresso quiser que os mandatários deixem o governo para entrar na campanha da reeleição "deve então aprovar uma nova emenda constitucional".

O senador Júlio Campos (PFL-MT) leu um parecer jurídico que discorda da opinião sustentada por Francelino Pereira. Na sua opinião, artigos da Lei Complementar 64/90 não foram revogados e eles exigem que candidatos a governadores deixem o cargo seis meses antes de uma eleição. "Se não houver essa desincompatibilização, estaremos rasgando a Lei de Inelegibilidades", frisou.

Vários senadores defenderam a necessidade de se mudar com urgência a Lei de Inelegibilidades, principalmente os parágrafos que tratam de desincompatibilização. "Até uma professora primária tem de deixar o cargo se quiser entrar numa eleição. Com a emenda

da reeleição, prefeitos, governadores e presidentes não precisam. A Lei de Inelegibilidades precisa de mudanças", disse o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A mesma opinião foi manifestada por Espesridião Amin (PPB-SC).

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) ponderou que o Senado deveria esperar a Câmara encerrar o processo contra deputados acusados de receber dinheiro para que votassem pela reeleição. "A sociedade está perguntando se o que aconteceu na Câmara foi só compra de votos."

Pedro Simon insistiu que "reeleição sem referendo é golpe do Congresso, sem militares". Ele lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tenha concordado em convocar o referendo. "O presidente vai ter de responder essa pergunta daqui a um ano. Fernando Henrique é um homem de bem e deveria ouvir mais o Fernando Henrique que teve de se exilar du-

rante o regime militar."

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os senadores deveriam pelo menos esperar que o STF se pronunciasse sobre o pedido de liminar das oposições contra a votação, sob o argumento de que ela estaria "viciada" por causa da compra de votos na Câmara. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ao plenário, às 17h28, que o STF não aceitara o pedido de liminar por oito votos contra um, minutos antes.

"Fernando Henrique não deixou que se criasse a CPI para investigar a compra de votos porque ele sabe que tem alguma culpa. A CPI com certeza descobriria quem pagou aos deputados", afirmou Ademir Andrade (PSB-PA). O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) ponderou que, além dos argumentos jurídicos contrários à reeleição, queria deixar registrado "o contraste entre a pressa para votar a reeleição e a demora em se deliberar assuntos urgentes, como as emendas tributária e administrativa".

José Serra (PSDB-SP) contestou o argumento de que instituir a reeleição quebra uma tradição brasileira. "Toda mudança importante para o país enfrenta o peso da tradição e da conjuntura. Assim, as reformas não são votadas."

Sebastião Rocha (PDT-AP) insistiu que a compra de votos na Câmara era motivo suficiente para suspender a votação no Senado. Antonio Carlos Va-

Presidente do Senado diz que com a ampla votação da emenda da reeleição acabaram-se as restrições à disputa para



os atuais detentores do poder: "O pleito se dará em 1998, mas não se priva ninguém de ser candidato", declarou em entrevista

ladares (PSB-SE) assinalou que a emenda é "um monstrenho", por permitir reeleição de presidente sem afastamento do cargo, enquanto seus ministros deveriam se desincompatibilizar. Eptácio Cafeteira (PPB-MA) disse que a emenda é uma "agressão ao ordenamento jurídico" constitucional.

Roberto Freire (PPS-PE) lembrou que o PCB (que mudou para PPS) votou na Constituinte a favor da reeleição, mas agora seguiria o Bloco Oposição por causa da compra de votos. José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco, contestou José Serra, "que disse ter votado na Constituinte de 1988 contra a reeleição porque os governadores seriam beneficiados. Agora o beneficiado é o presidente Fernando Henrique".

Já Marina Silva (PT-AC) previu que "os brasileiros só terão agora eleições livres de oito em oito anos, quando o governador ou prefeito não estará na disputa". Mesmo assim, a seu ver, "os dois últimos anos serão de total esvaziamento do governador, presidente ou prefeito, porque os amigos desaparecerão e as críticas vão crescer". Lauro Campos (PT-DF) e Emília Fernandes (PTB-RS) também se manifestaram contra a reeleição.

Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, concordou com a reeleição, mas advertiu para os abusos eleitorais de candidatos que disputarão um segundo mandato. Para ele, não adianta argumentar que a sociedade conseguirá fiscalizar os candidatos. "Não conheço quem cometeu abuso e depois perdeu o cargo", disse. Humberto Lucena (PMDB-PB) sugeriu que a comissão temporária do Senado que estuda a reforma político-partidária se dedique a melhorar a legislação para evitar abusos de poder durante eleições.

ACM atribui vitória à vontade do povo

"Acho que fiz a vontade do povo brasileiro, que é favorável à reeleição: o pleito se verificará em 1998, para a escolha daquele que irá governar o país, por mais quatro anos, mas não se priva ninguém de ser candidato", disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em entrevista após a aprovação, pelo plenário, da proposta de emenda da reeleição.

O senador afirmou que as restrições quanto à reeleição daqueles que estão no poder já não existem mais: "Há uma emenda constitucional, aprovada por uma grande maioria do Senado".

Indagado sobre a polêmica em torno da tramitação da emenda, Antonio Carlos Magalhães observou que o processo foi legal, uma vez que cumpriu o estabelecido pelo Regimento e pela Constituição. Quanto às denúncias de venda de votos, ele disse que, "se algum deputado maculou a sua própria figura, esse foi um caso isolado, que não con-

taminou uma votação tão expressiva e com uma diferença tão vantajosa".

"Foi muito grande a diferença para se fazer qualquer juízo contra a votação da reeleição na Câmara dos Deputados; e no Senado foi uma votação esmagadora: 62 votos em 77", enfatizou Antonio Carlos. No entender do senador, "havia muita gente interessada em impedir o processo de reeleição porque o presidente Fernando Henrique Cardoso é um candidato forte".

Antonio Carlos Magalhães disse que sempre foi favorável à reeleição: "Eu não poderia discriminar alguém que fez um bom governo. Se o povo o aprovar, é reeleito; caso contrário, é derrotado".

Referindo-se à questão da desincompatibilização, Antonio Carlos Magalhães afirmou que o Senado ainda vai debater o assunto e decidir "com a mesma independência com que votou a reeleição".



Antonio Carlos enfatizou a "votação esmagadora" ontem no Senado



Benedita da Silva

Benedita acusa abandono do norte do Rio

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o norte e o noroeste do estado do Rio de Janeiro foram abandonados pelos governos estadual e federal.

A cidade de Campos apresenta, segundo a senadora, o contraste entre o fato de ser a maior produtora de petróleo do Brasil e o de possuir grandes bolsões de miséria. A atividade econômica tradicional da região, a agroindústria sucroalcooleira, está, de acordo com Benedita, mergulhada numa crise. "Aliado às dificuldades desse setor, há o problema social da exploração do trabalho infantil, com 10 mil crianças nas lavouras de cana", acrescentou.

A propósito também da defesa da infância, a senadora apresentou ontem projeto de lei estabelecendo pena de dois a oito anos de reclusão para quem manter menores em casa de prostituição. Segundo ela, o Código Penal "não pune o proprietário do estabelecimento onde se realiza a comercialização de menores para fins de prostituição".

- A exploração sexual de crianças e adolescentes não encontra limites no Brasil. As crianças confinadas em bares, boates e bordéis, ou não tiveram escolha ou foram ludibriadas pela ação do aliciador e são mantidas em cárcere privado, vítimas de uma rede que, não raro, envolve o uso e o tráfico de drogas - disse.



O senador Hugo Napoleão apresenta seu parecer favorável ao projeto, na reunião de ontem da CCJ

Nova política para petróleo recebe aprovação da CCJ

Proposta do Executivo será apreciada ainda pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, antes de ir a plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) a projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a política energética nacional e atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A matéria será ainda submetida às comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, antes de ir a plenário.

Votaram contra o projeto, de autoria do Executivo, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) - que apresentou voto em separado, com emenda global substitutiva - e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador

Josaphat Marinho (PFL-BA) anunciou que pedirá, em plenário, votação em separado das cinco emendas que apresentou e que receberam parecer contrário do relator.

De acordo com o projeto aprovado, pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

A proposição estabelece que o CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo ministro de Minas e Energia, terá a atribuição de propor políticas nacionais e medidas destinadas a promo-

ver o aproveitamento racional dos recursos energéticos, assegurar o suprimento de insumos energéticos às áreas de difícil acesso, rever as matrizes energéticas aplicadas às regiões do país e estabelecer diretrizes para programas específicos e para a importação e a exportação.

O projeto estabelece que a ANP, entidade integrante da administração federal indireta, terá regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia. A finalidade da ANP é promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Suplicy apóia Itamar Franco na defesa de Cuba

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o pronunciamento do ex-presidente e atual embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, Itamar Franco, que defendeu a retomada do debate sobre o reingresso de Cuba na OEA, durante reunião desse organismo em Lima, no Peru.

O senador lembrou que, a exemplo do **Suplicy** Brasil, os representantes do Canadá e do México também se pronunciaram a favor da integração de Cuba à OEA, conforme matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem.

Eduardo Suplicy destacou declaração de Itamar Franco, na qual o ex-presidente afirma que "a situação de isolamento de Cuba é um assunto de constante preocupação para os brasileiros" e que "o isolamento econômico e político desse país não parece a melhor maneira de contribuir para a criação de condições para a plena reintegração de Cuba ao sistema interamericano".

O senador concordou com a crítica feita por Itamar Franco à polêmica lei americana Helms-Burton - que pune os países que usufruem de bens americanos expropriados pela revolução em Cuba - como "violadora das normas de direito internacional e das regras de livre comércio".

Suplicy disse que, além da integração de Cuba à OEA, é importante que os representantes das três Américas defendam também o acesso daquele país à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apoiou o discurso do senador Eduardo Suplicy e elogiou a posição do ex-presidente Itamar Franco.



Dutra e Josaphat tiveram emendas rejeitadas

Em favor de sua emenda substitutiva, o senador José Eduardo Dutra disse que o projeto de lei da Câmara não garante poder regulador ao Estado e não fornece qualquer mecanismo para coibir preços e garantir o abastecimento de regiões longínquas e pouco lucrativas.

Segundo o senador petista, a proposta que apresentou pretende assegurar a livre participação dos diversos

agentes produtores diretos e usuários no desenvolvimento das atividades afins. "Visa, também, garantir ao Estado a responsabilidade e competência para assegurar o interesse público e social", esclareceu.

Ao defender suas emendas, Josaphat disse que elas foram rejeitadas pelo relator sob a alegação de que as recomendações nelas contidas estavam implícitas no texto. Para o senador baiano, as regras devem estar

explícitas: "Não se pode presumir o que precisa ser declarado". Entre as normas que Josaphat pretende ver inseridas no projeto, está a que considera que a importação de petróleo e derivados deverá ser feita em caráter complementar. Debateram ainda a matéria José Roberto Arruda (PSDB-DF), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS) e José Ignácio (PSDB-ES).

PREVIDÊNCIA

A busca de um modelo justo para todos

Instituições convidadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania expõem suas idéias para mudar o sistema brasileiro. Abrapp defende respeito aos contratos em vigor



Os senadores Bernardo Cabral, presidente, e Beni Veras, relator da reforma, conduziram a reunião

Em debate realizado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), sobre a reforma da Previdência, o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), Nelson Pedro Rogieri, afirmou que as mudanças na estrutura previdenciária do país são necessárias, mas devem ser feitas com o respeito à lei e aos contratos em vigor, para preservarem-se os direitos e a ética legalmente constituídos.

Para ele, daqui por diante deveria ser instituído um sistema universal de previdência do qual todos participariam equitativamente, até um certo patamar, independentemente do regime de trabalho. Essa previdência básica teria o objetivo de garantir renda mínima indispensável a todos os brasileiros que contribuíssem, explicou.

O presidente da Abrapp sugeriu o regime de capitalização, acima da faixa ocupada pela previdência universal. Dentro do setor público, o sistema complementar funcionaria com contribuições do próprio servidor e do empregador - o governo -, em cotas que seriam estabelecidas.

Nelson Rogieri entende ser preciso o cadastramento completo e confiável da massa de segurados, defendendo que a lei torne "indispensável a posse do cartão de inscrição na Previdência Social para o exercício da cidadania". Ele sugeriu que a contribuição à Previdência passe a ser feita diretamente pelo trabalhador, o que, a seu ver, afastaria o risco da inadimplência, "uma ameaça sempre presente quando é a empresa que faz o repasse para o INSS".

Na audiência pública, visões bem distintas sobre uma questão polêmica

O presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Anfip), Álvaro Solon de França, abriu a série de exposições sobre a reforma previdenciária na CCJ, afirmando que não se pode discutir o tema sem se pensar em geração de empregos. Ele defendeu a quebra do sigilo bancário e fiscal dos servidores públicos e a criação de um cadastro nacional de informações sociais para facilitar a comprovação do tempo de contribuição dos trabalhadores.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Rui Brito de Oliveira Pedrosa, disse em seu depoimento que a reforma da Previdência é "um ajusto

incorreto, preconceituoso, e voltado contra os trabalhadores mais pobres". A seu ver, o projeto do governo "é antipático, injusto e infquo e não corrige as distorções e mazelas da Previdência acumuladas ao longo dos anos".

Segundo Rui Brito, o projeto do governo é nocivo ao interesse nacional e "será a mortalha definitiva da Previdência Social". Além disso, a seu ver, abre a possibilidade de que se instale no país a "versão mercantilista da Previdência", tal como foi aprovada no Chile.

Astério Caetano da Costa, membro titular do Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS), defendeu os princípios do atual sistema previdenciário. Ele se manifestou contra a reforma, con-

siderando que, além de acharar os benefícios já existentes, ela é dirigida apenas para quem ganha salário mínimo, ferindo direitos de 16 milhões e meio de aposentados e pensionistas.

- Nós só estamos pedindo aquilo que os constituintes de 1988 aprovaram e que o parecer do senador Beni Veras siga a mesma linha do que já foi aprovado na Câmara em segundo turno - afirmou.

A audiência pública na CCJ teve a participação dos quatro representantes das instituições convidadas que, com suas exposições, prenderam a atenção dos senadores e suscitaram discussões sobre os pontos de vista distintos defendidos por cada um.



Na reunião da CAS, o relator Waldeck Ornelas inicia discussão sobre contrato temporário

Bebidas alcoólicas podem ter venda proibida nas estradas

A determinação consta de projeto do senador Valmir Campelo aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens das estradas. Ao relatar a matéria, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) frisou a preocupação do autor com o atual quadro de violência no trânsito, "que aflige de forma cada vez mais dramática a população do país".

O projeto permanecerá por cinco dias úteis aguardando a interposição de recursos em plenário. Se isso não acontecer, a matéria será enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) votou contra a

proposta. Ele argumentou que será "extremamente complicado" fazer com que essa proibição seja respeitada. Já os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Benedita da Silva (PT-RJ) defenderam a aprovação, por entenderem que a medida, mesmo que não resolva o problema, poderá ajudar a diminuir "o número alarmante de acidentes nas estradas".

CONTRATO

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), concedeu vista coletiva a projeto do Executivo, já aprovado na Câmara, que institui o contrato de trabalho por tempo determinado. A matéria voltará à pauta da comissão na próxima semana.

O senador Waldeck Ornelas

(PFL-BA), relator da proposição, disse que o projeto pretende "reduzir o desemprego no país, por meio da contenção temporária do custo dos encargos e pela criação de mecanismos que confirmem maior agilidade na contratação de mão-de-obra".

REFLORESTAMENTO

A CAS também aprovou substitutivo apresentado pelo senador Lúdio Coelho ao projeto da Câmara que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama. Com substitutivo do senador José Alves (PFL-SE) a CAS acolheu, ainda, projeto que dispõe sobre o exercício profissional de técnico de segurança patrimonial.

Flaviano presta homenagem a médico no Acre

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) homenageou ontem o cientista irlandês William John Woods por seu trabalho no combate à hanseníase no Acre. Ele afirmou que, apesar de sua contribuição não ter sido reconhecida no Brasil, a rainha da Inglaterra lhe concedeu honraria por "serviços prestados à humanidade".

Segundo Flaviano, o médico conseguiu mudar o quadro da hanseníase no Acre, reduzindo de 105 casos em 10 mil habitantes, no ano de 1985, para 15 casos, em 1996. De acordo com o senador, em 1986, quando o Ministério da Saúde implantou uma nova terapia de combate à doença, a poliquimioterapia, como projeto piloto no país, "o dr. William solicitou a inclusão do estado nesta primeira etapa para que o povo acreano já tivesse acesso à moderna terapia". Para o senador, o Acre ainda é um estado endêmico, mas caminha em direção à meta de redução da hanseníase para um caso em 10 mil habitantes, até o ano 2000.



Flaviano

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E LEOMAR QUINTANILHA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.